



# **ANÁLISE DA EFICÁCIA SOCIAL DE UM PROGRAMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DESTINADO A PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**

**Isadora Castilho de Andrade<sup>1</sup>  
Devanildo Braz da Silva<sup>2</sup>  
Silvia Morales de Queiroz Caleman<sup>3</sup>**

## **Resumo**

O presente artigo busca identificar a contribuição social do Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), em termos de ganhos sociais e econômicos para os pequenos produtores beneficiados. Para tanto foram entrevistados produtores residentes na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O Programa PAIS oferece aos agricultores familiares uma nova alternativa de trabalho e renda, estimulando o desenvolvimento sustentável da propriedade e a agricultura orgânica através de um processo produtivo sem o uso de agrotóxicos. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e, posteriormente, pesquisa de campo, com uma amostra de 37 produtores provenientes de diversos assentamentos do município. A análise dos resultados demonstrou que os produtores estão satisfeitos com o desenvolvimento do Programa, e que vem alcançando o desenvolvimento da agricultura familiar, promovendo a produção de alimentos sob a perspectiva da sustentabilidade e elevando o nível de qualidade de vida entre os produtores.

---

*Recebimento: 5/9/2014 • Aceite: 3/9/2015*

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: isa\_castilho@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor de Ensino Superior II da Faculdade de Tecnologia Senai de Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: devabraz@ibest.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: silviacaleman@gmail.com

---

**Palavras-chave:** Agronegócio; Agricultura familiar; Tecnologia social; Sustentabilidade

## **ANALYSIS OF SOCIAL EFFECTIVENESS OF A AGROECOLOGICAL PRODUCTION PROGRAMME TO SMALL FARMERS**

### **Abstract**

This article seeks to identify the social contribution from Agroecology and Sustainable Integrated Production (PAIS), in terms of social and economic gains for small farmers benefited. For both were interviewed resident producers in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The PAIS Program offers farmers a new alternative employment and income, stimulating sustainable property development and organic agriculture through a production process without the use pesticides. The survey data were obtained through literature and, later, field research with a sample of 37 producers from different settlements of the municipality. The results showed that producers are satisfied with the development of the program, which has achieved the development of family agriculture, promoting food production from the perspective of sustainability and raising the level of quality of life among producers.

**Keywords:** agribusiness; Family farming; social technology; Sustainability

## Introdução

O debate a respeito do papel econômico e social da agricultura familiar no desenvolvimento do País ganhou destaque nos últimos anos. O setor agropecuário familiar, constituído por pequenos e médios produtores, representa grande parte dos produtores rurais brasileiros.

Impulsionado pela crescente importância de assuntos como desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, o grande desafio da agricultura familiar é conseguir entrar no mercado de produtos e serviços. Como alternativa para os produtores familiares, de acordo com o Ministério da Fazenda, no ano de 2012 foram destinados 16 bilhões de reais para financiamento de operações de custeio, investimento, comercialização e apoio à utilização de práticas agronômicas sustentáveis para agricultura familiar.

Essas estatísticas demonstram a crescente importância do setor na economia brasileira. Com base nisso, entende-se serem necessários esforços no sentido de buscar soluções e alternativas de adequação da qualidade de vida no meio rural, além de melhoria na geração de renda e desenvolvimento dessas propriedades.

Por essa razão o SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil, entre outros parceiros, resolveram desenvolver ações conjuntas visando a impactar os territórios povoados por agricultores familiares, promovendo a ocupação, o aumento da renda e o desenvolvimento sustentável, por meio de um Programa desenvolvido nacionalmente, em diversos estados da federação.

O Programa PAIS é uma iniciativa social que oferece uma nova alternativa de trabalho e renda aos agricultores familiares, possibilitando melhoria na qualidade da produção, cultivo de alimentos mais saudáveis e redução dos danos ao meio ambiente, sendo uma iniciativa social que oferece novas alternativas de trabalho e renda aos agricultores familiares, possibilitando melhoria na qualidade da produção, cultivo de alimentos mais saudáveis e redução dos danos ao meio ambiente.

Por se tratar de um programa de expressividade no Estado, este artigo tem por escopo avaliar a eficácia do Programa PAIS a respeito dos ganhos sociais e econômicos dos pequenos produtores beneficiados. Para tal foi necessário caracterizar os produtores rurais envolvidos no Programa PAIS de Campo Grande/MS e avaliar os ganhos sociais e econômicos decorrentes da participação no programa.

## Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho segue o proposto por Vergara (2005). De acordo com a autora, os vários tipos de pesquisa podem ser classificados a partir de dois critérios básicos, quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, o desenvolvimento deste artigo classifica-se sob a forma de pesquisa descritiva. Segundo Malhotra (2011), a pesquisa descritiva retrata, por exemplo, variáveis de mercado, tendo como principal objetivo a descrição de algo. Nesse sentido, a pesquisa será usada para expor as características da população objeto do estudo.

Quanto aos meios de investigação, segundo Vergara (2005), a pesquisa será bibliográfica, em estudos por meio de materiais publicados, buscando conhecer mais sobre o programa em Campo Grande e sobre indicadores de eficácia social, fornecendo direcionamento para a realização de uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários com os produtores rurais beneficiados pelo Programa, a fim de levantar dados a respeito da melhoria na qualidade de vida desses produtores.

Na primeira parte da pesquisa foram utilizados dados secundários, obtidos pela pesquisa qualitativa exploratória, para maior compreensão do tema em questão. Uma vez obtidas as informações necessárias para delinear o perfil dos produtores e também do Programa, deu-se início à segunda etapa da pesquisa: levantamento de dados primários.

Nessa etapa foi realizada a pesquisa de campo. Segundo Malhotra (2011, p. 146-147):

O método de levantamento de campo para obtenção de informações é baseado no questionamento dos entrevistados. Os levantamentos de campo são usados quando a pesquisa envolve entrevistas com grande número de pessoas e são aplicadas a elas em uma série de questões. Os levantamentos de campo podem ser conduzidos pessoalmente, por telefone, por meio de um questionário enviado pelo correio ou eletronicamente pelo computador.

Foram feitas entrevistas pessoais nas propriedades rurais e também nas feiras orgânicas, por meio de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, de caráter

qualitativo e quantitativo, para descobrir a percepção dos produtores em relação ao Programa PAIS. Foi utilizada uma amostra de 37 produtores, de uma população total de 115, as quais iniciaram o Programa, sendo excluídas aquelas da pesquisa aquelas em que houve confirmação da desistência, chegando a uma população efetiva de 48 produtores.

Os questionários foram divididos em quatro partes distintas, que abordavam temas diferentes a respeito do Programa (caracterização dos produtores e das unidades produtivas; aspectos relacionados ao Programa; aspectos relacionados às transações; e aspectos relacionados à sustentabilidade). Para o desenvolvimento desta pesquisa não foi utilizado o questionário integral, apenas partes voltadas aos objetivos específicos: caracterização dos produtores e avaliação da eficácia social do Programa PAIS.

Também foram aplicados questionários com as instituições participantes do Programa PAIS. Esses questionários continham questões não estruturadas, ou seja abertas, em que os entrevistados respondem com suas próprias palavras, para que cada instituição pudesse demonstrar seu ponto de vista a respeito do Programa (MALHOTRA, 2011).

## **Agricultura Familiar**

O setor agropecuário familiar, segundo Portugal (2004), é constituído por pequenos e médios produtores, representando a grande maioria dos produtores rurais do Brasil. De acordo com o artigo, o setor responde por 30% da produção global, chegando a ser responsável por 60% da produção de itens básicos da dieta do brasileiro, como arroz, milho, hortaliças e mandioca.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e relaciona critérios que permitiram ao IBGE, pela primeira vez, gerar dados oficiais sobre a agricultura familiar no Brasil. Segundo os termos estabelecidos por ela, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente aos seguintes critérios: não detenha área maior que quatro módulos fiscais<sup>4</sup>; utilize,

---

<sup>4</sup> O módulo fiscal é uma unidade de medida fixada diferentemente para cada município de acordo com a Lei nº 6.746/79, que leva em conta o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada.

predominantemente, mão de obra familiar; tenha renda familiar originada de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento/empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento; e dirija seu estabelecimento/empreendimento com sua família.

Para Guanziroli et al. (2001) a diferenciação entre a agricultura familiar e a patronal se faz em razão da predominância do trabalho familiar sobre o assalariado. Carmo (1999 apud Tinoco, 2008) se refere à agricultura familiar como sendo uma organização produtiva em que os critérios adotados para nortear a produção agrícola não se subordinam apenas pelo ângulo da produção e rentabilidade econômica, levando em consideração também as necessidades e objetivos da família, contrariando o modelo patronal.

Para Souza Filho e Batalha (2005), antes de caracterizar o conceito de agricultura familiar se faz necessário definir parâmetros que delimitam esse universo diferenciando-o dos agricultores patronais. Para os autores, são considerados agricultores familiares os produtores que trabalham sob as seguintes condições: i) a direção dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feita pelo produtor rural; e ii) a mão-de-obra familiar utilizada deve ser superior à contratada.

Os autores diferenciam agricultura familiar da patronal por meio de dois critérios principais, a mão de obra utilizada na produção e a área ocupada pelo estabelecimento rural. A renda gerada pelo estabelecimento também é usada como critério de diferenciação.

No entanto, somente o caráter social da produção familiar não é suficiente para justificar a necessidade de políticas de apoio a essa modalidade. Do ponto de vista econômico, a agricultura familiar também é viável, sendo capaz de produzir de maneira eficiente, absorver progresso tecnológico e de atender à demanda por alimentos baratos do setor urbano-industrial. Esse setor compreende uma categoria social, econômica e cultural, segundo Guilhoto et al. (2005, p. 7):

Sabe-se de sua importância social, seja pela geração de emprego e ocupação, seja pelo perfil dos produtores, basicamente destinados ao consumo alimentar nacional. Desta forma é necessário que se tenha uma ideia de sua importância econômica.

A importância econômica da agricultura familiar em âmbito nacional foi investigada em um estudo desenvolvido de maneira

conjunta pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), buscando determinar a importância do agronegócio familiar dentro da economia nacional. Para sua realização o agronegócio foi dividido em 4 subcomplexos: agricultura familiar, agricultura patronal, pecuária familiar e pecuária patronal. O desenvolvimento do trabalho considerou as estimativas do PIB brasileiro entre os anos de 1995 e 2003 (GUILHOTO et al, 2005). Os autores, em texto síntese do estudo, destacam o desempenho bastante positivo da agropecuária familiar, superando, inclusive, as taxas de crescimento do segmento patronal.

Quando considerada a renda total agropecuária do Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de 22 bilhões de reais. Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção de terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Nesse sentido, Guilhoto et al. (2005) destaca que é evidente o peso da agricultura familiar na geração de riquezas do país.

Vilpoux e Oliveira (2011) destacam que o grande desafio da agricultura familiar é transformar os Programas que contam como acompanhamento de organizações de apoio, tais como associações e cooperativas, em Programas sustentáveis a médio e longo prazo, permitindo aos agricultores familiares ganho em escala, modernização das propriedades e competitividade.

## **Indicadores de Eficácia Social**

A avaliação de programas e Programas é um aspecto de alta importância, entendido como uma maneira de correção, quando necessária, e facilitadora no processo de tomada de decisões. Marinho e Façanha (2001) propõem que a avaliação, além de cumprir tarefas descritivas e de controle, deve também contemplar avaliações analíticas, constituindo-se em um mecanismo de avaliação e monitoramento.

Segundo Nogueira (2002), a avaliação é um aspecto básico do planejamento e oferece a chance de evitar soluções errôneas, elevando-se o grau de racionalidade nas decisões tomadas. Para a autora, a avaliação, anteriormente focada unicamente na perspectiva financeira, deve também avaliar tais programas a partir de seus objetivos e metas, utilizando como eixo os critérios de eficiência, eficácia e efetividade, de acordo com a autora, esses itens buscam

quantificar até que ponto as medidas, ações e instrumentos utilizados são coerentes com as propostas do programa, o que vem sendo alcançado em relação aos objetivos previstos e o quanto do programado foi, de fato, executado.

Para entender a partir de qual critério esse trabalho será regido é necessário, antes, discorrer sobre o significado de cada um.

Carneiro (2010) traduz eficiência como a competência para se produzir com o dispêndio mínimo de recursos e esforço, sendo um programa eficiente quando atende às expectativas de prazos e custos, por exemplo. Marinho e Façanha (2001) remete à eficiência considerações de benefícios e de custos, sendo um programa eficiente quando promove os resultados esperados com o mínimo de recursos.

A eficácia é o grau em que se alcançam os objetivos e as metas de um Programa na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos custos implicados (NOGUEIRA, 2002). Programas sociais regem-se, também, por objetivos de eficácia, uma vez que, esperadamente, os investimentos que mobilizam devem produzir os efeitos desejados (MARINHO; FAÇANHA, 2001).

As dificuldades acerca desse critério residem na obtenção e veracidade dos dados a respeito do programa em análise, para isso, pesquisas de campo são indicadas para que se possa aferir o processo de implantação/implementação de tais programas. (NOGUEIRA, 2002).

A efetividade diz respeito à capacidade de promover resultados pretendidos, ser efetivo significa que se manifesta por efeito real (CARNEIRO, 2010). Para Marinho e Façanha (2001) a efetividade diz respeito à implementação e aprimoramento dos objetivos do programa, independente das insuficiências de orientação e falhas de especificação dos objetivos iniciais declarados. Para Nogueira (2002), os critérios de efetividade contêm um juízo de valor, estabelecido a partir da relação entre a execução de um programa e o impacto no público de destino.

Para a autora é necessário avaliar tais critérios, tornando-se necessário para isso a construção de indicadores que levem a uma avaliação correta da eficiência, eficácia e efetividade das ações. Esses indicadores designam propriedades e características que têm a ver com o conceito ou objeto de estudo, no plano da pesquisa ou da avaliação.

Segundo Januzzi (2002), um indicador social é uma medida quantitativa, dotada de significado social, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse



teórico, em pesquisas acadêmicas, ou programático, na formulação de políticas. Para o autor:

Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas do Governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.” (JANUZZI, 2002, p. 54.)

De acordo o IBGE (2010), os indicadores sociais apresentam o objetivo de possibilitar um conhecimento mais amplo da realidade social do País. Januzzi (2002) propõe que a utilização de um indicador social em pesquisas acadêmicas ou mesmo na formulação de políticas deve ser pautada sobre uma série de propriedades do indicador, tais como: relevância para discussão da agenda da política social; validade em representar o conceito indicado; confiabilidade dos dados utilizados na construção dos indicadores; grau de cobertura populacional adequado aos propósitos do indicador; facilidade de atualização; e gozar de certa historicidade, possibilitando comparações no tempo.

Os indicadores podem ser classificados de acordo com a aplicação a que se destinam. Para Januzzi (2002), a classificação mais comum é feita de acordo com a área temática da realidade social a que se referem, há os indicadores de saúde, educacionais, de mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, entre outros.

Ainda conforme Januzzi (2002), existe outro sistema de classificação de indicadores, aquele que os diferencia segundo três aspectos relevantes da avaliação de programas sociais: indicadores para avaliação de eficiência dos meios e recursos empregados, indicadores para avaliação da eficácia no cumprimento das metas e indicadores para avaliação da eficácia social do programa.

Para a realização dessa pesquisa, optou-se por utilizar os indicadores que avaliam a eficácia social do programa apresentado. Segundo Rodrigues (2005), ao eleger a eficácia como critério básico para avaliar a ação social das empresas o que se busca é identificar se os resultados anunciados estão sendo, de fato, alcançados, uma vez que a empresa tem compromisso prioritário com o que ela diz estar fazendo em benefício daqueles afetados pelo Programa.

## **Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)**

A preocupação com a saúde e com a preservação do meio ambiente tem levado muitos consumidores a optar por alimentos orgânicos. Além da vantagem de não conter substâncias venenosas, os alimentos orgânicos são mais nutritivos que os alimentos convencionais, fato comprovado por pesquisas realizadas pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em que se constatou que alimentos orgânicos possuem em média 31,9% mais fósforo, 8,5% mais fibras e 18,9% mais antioxidantes (IDEC, 2003).

Esses alimentos são produtos de origem vegetal ou animal, livres de agrotóxicos ou qualquer outro tipo de químicos, uma vez que estes são substituídos por práticas culturais que buscam estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola. O aumento da importância do mercado de produtos orgânicos tem acarretado na preocupação crescente de iniciativas para regulamentação dos mercados para a comercialização desses produtos (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

A produção orgânica está inserida na tendência da crescente preocupação dos consumidores com os impactos ambientais dos modelos de produção convencionais, sendo o enfoque desse meio de produção a elaboração de estratégias de sustentabilidade na agricultura (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010). A produção focada na sustentabilidade, com processos produtivos que apresentam tecnologia de ponta, sem agrotóxicos e com preços acessíveis torna necessário que os pequenos produtores rurais, adaptem-se a essa realidade, atendendo à tendência de alimentação mais saudável, provenientes da produção orgânica.

O Programa PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – tem esse propósito, produção orgânica e sustentável, e surgiu da necessidade de facilitar a vida do homem no campo, criando instrumentos e técnicas, chamadas de tecnologia social, de baixo custo que podem ser utilizadas em qualquer ponto do País com participação da comunidade, servindo para solucionar problemas e promover a transformação social (PAIS, 2009).

A tecnologia social PAIS foi idealizada pelo engenheiro agrônomo Aly Ndiaye em 1999, na região de Petrópolis/RJ. Apoiado por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e a Fundação Banco do Brasil (FBB), a partir de 2005 foi expandido para outros estados brasileiros (PAIS, 2009). Em 2010 o Programa contava com 2.700 unidades instaladas, em

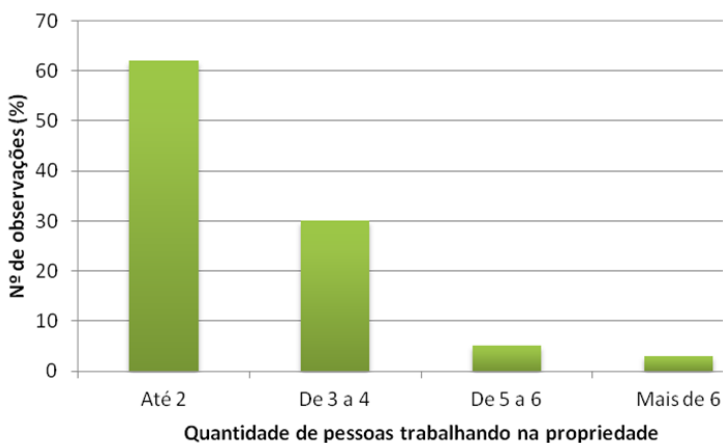
15 estados (RO, MT, MS, GO, MG, ES, BA, SE, AL, PB, RN, CE, PI, PA e PE), abrangendo 53 municípios (FERNANDES, 2011).

O Programa PAIS funciona como uma nova alternativa de trabalho e renda para agricultura familiar de pequeno porte, permitindo o cultivo de alimentos mais saudáveis para o consumo e para comercialização, por meio do estímulo à prática da agricultura orgânica sem o uso de agrotóxicos. Essa prática pode ser utilizada por agricultores de baixa renda, assentados em Programas de reforma agrária, produtores de áreas remanescentes de quilombos e participantes de programas sociais do governo (PAIS, 2009).

## Apresentação dos Resultados

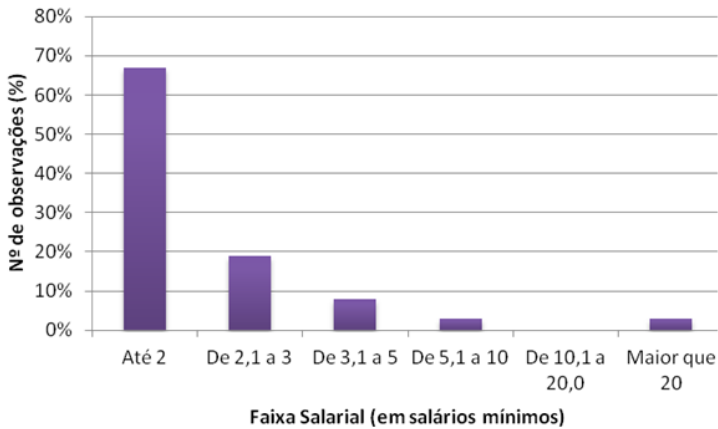
Em relação ao perfil do produtor que integra o PAIS, a pesquisa revelou que, em sua maioria, são famílias formadas por 3 a 4 pessoas (43%). Dessa estrutura, verificou-se que 62% dos entrevistados contam com até dois integrantes da família para trabalhar na propriedade (Figura 1). Dentro dessa distribuição, 97% dos produtores não possuem funcionários assalariados, ficando assim o trabalho restringido a mão de obra familiar.

**Figura 1:** Distribuição do trabalho familiar na propriedade



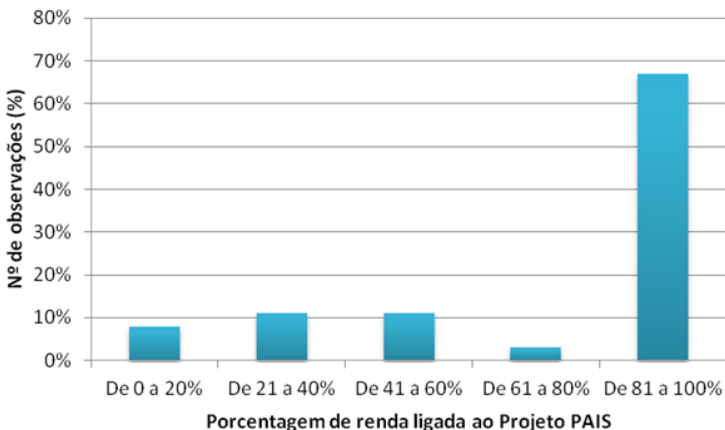
A renda mensal dos produtores, dividida em faixas salariais, dá-se conforme a Figura 2.

**Figura 2:** Renda mensal dos produtores



Notou-se que 76% dos produtores apresentam apenas a atividade rural como principal fonte de renda familiar. Entre os entrevistados, 67% apresentam as atividades envolvidas no Programa PAIS como sua maior fonte de renda (Figura 3), porém, em alguns casos essa renda é complementada por trabalho assalariado ou aposentadoria.

**Figura 3:** Renda diretamente ligada às atividades do Programa PAIS



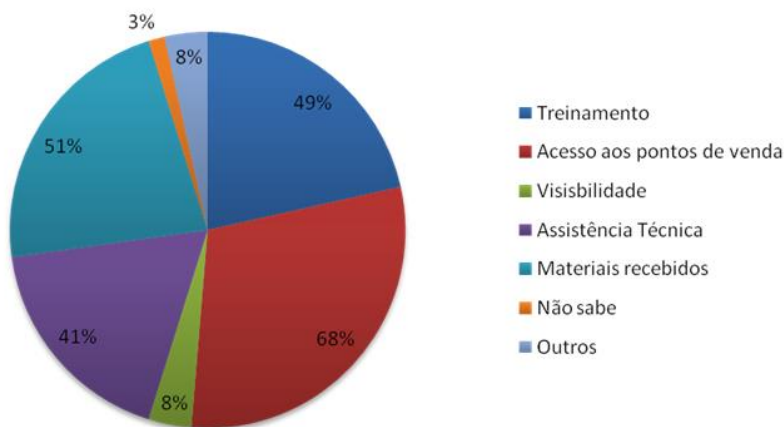
Da amostra analisada, 76% dos produtores fazem parte do Programa PAIS entre 2 e 4 anos, sendo que desse total, 46% já produziam hortaliças anteriormente, mas não de maneira orgânica.

Outro ponto importante verificado durante a pesquisa foi a existência de produtores cooperados e não cooperados. Na amostra pesquisada, 73% dos produtores são cooperados e, atribuem à cooperativa maior facilidade nas transações comerciais, auxílio e apoio necessário. Entre os não cooperados, o principal motivo da não cooperação foi a falta de interesse, por não atribuírem grandes vantagens em fazer parte de uma cooperativa.

Em relação à percepção dos entrevistados quanto aos agentes envolvidos no Programa, a segunda parte da análise dos dados foca a avaliação da percepção dos produtores em relação ao Programa, levando em consideração os pontos fortes, a importância e o papel dos diversos participantes dentro do Programa.

O acesso aos pontos de venda garantidos pela participação no Programa foi a mais importante contribuição para 68% dos entrevistados, seguido pelo recebimento de materiais (51%) e o treinamento oferecido (49%), conforme gráfico 1.

**Gráfico 1: Importância do Programa PAIS**



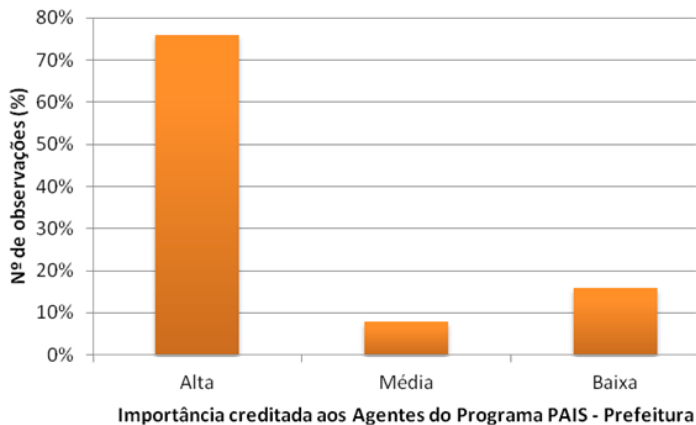
Quando questionados a respeito dos agentes facilitadores do Programa PAIS, a análise dos dados demonstrou que 81% dos produtores classificam como alta a importância do papel desempenhado pelo SEBRAE para o sucesso do Programa (Figura 4). E, entre os fatores que explicam esta alta importância do SEBRAE, têm-se treinamento e orientação de técnica oferecida, com 95% e 27% dos votos respectivamente.

**Figura 4:** Importância creditada aos Agentes do Programa PAIS – SEBRAE



A mesma pergunta foi repetida para descobrir como os produtores se sentiam em relação aos demais agentes do programa. A figura 5 mostra o grau de importância, relacionado pelos produtores, à Prefeitura Municipal de Campo Grande. E, entre os fatores que explicam este índice, tem-se a orientação técnica oferecida pelo órgão, com 89% dos votos.

**Figura 5:** Importância creditada aos Agentes do Programa PAIS – Prefeitura

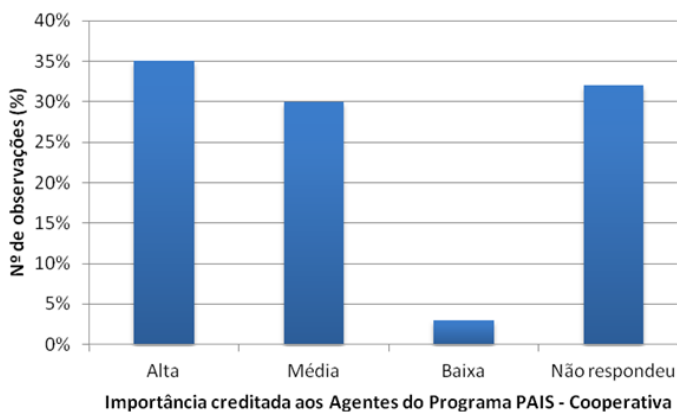


As figuras 6 e 7 mostram como os produtores se sentem em relação aos demais agentes do programa. Apenas 41% dos entrevistados atribuiu alta importância à Fundação Banco do Brasil, e para a Cooperativa esse índice foi de 35%.

**Figura 6: Importância creditada aos Agentes do Programa PAIS – FBB**



**Figura 7: Importância creditada aos Agentes do Programa PAIS – Cooperativa**

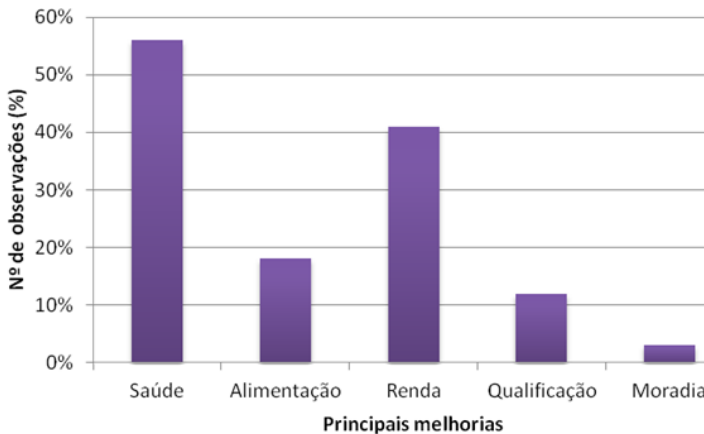


Quanto à percepção dos entrevistados em relação ao desenvolvimento do Programa, a pesquisa avaliou aspectos relacionados à percepção dos produtores em relação às possíveis mudanças ocorridas após a adesão ao Programa, bem como o grau de

satisfação dos participantes com o andamento do programa em suas propriedades.

A partir desse ponto, 92% dos entrevistados afirmam que perceberam melhoria na qualidade de vida após a adesão ao Programa PAIS, sendo “saúde” e “renda” as principais razões apontadas pelos entrevistados (Figura 8).

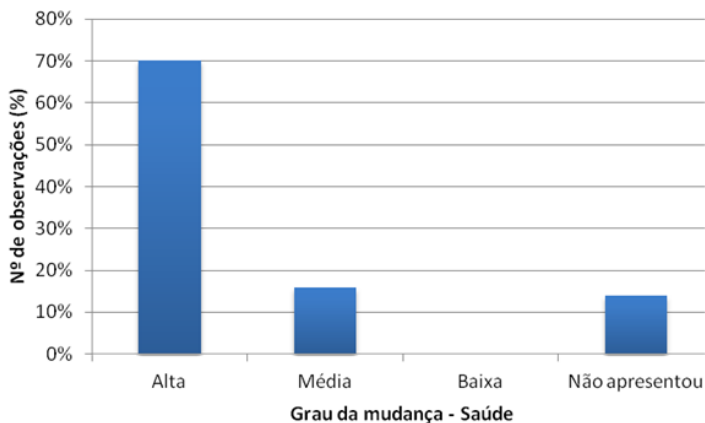
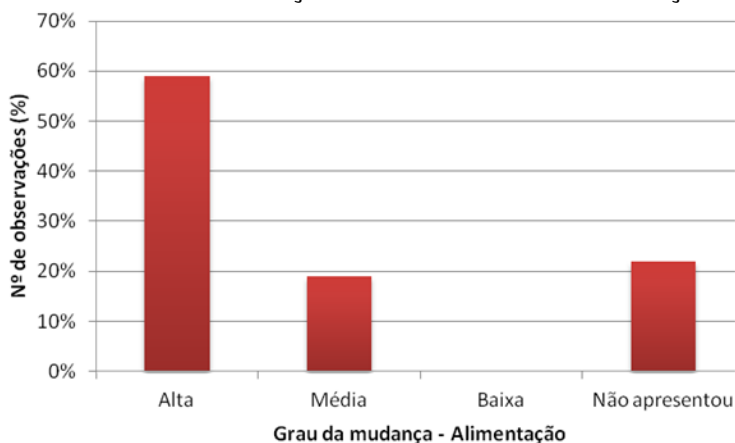
**Figura 8:** Relação de aspectos que demonstraram melhorias após a adesão ao Programa



Os ganhos, sociais e econômicos, decorrentes da participação no Programa, deveriam ser classificados em três categorias, alto, médio ou baixo, de acordo com as expectativas de cada participante.

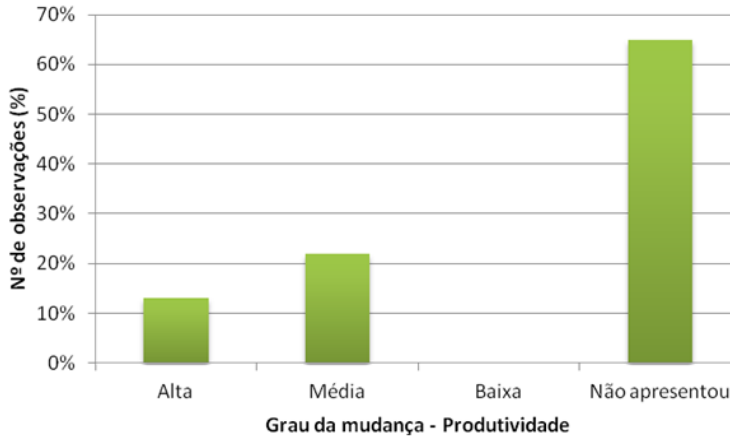
A mudança mais significativa se deu em relação à saúde (Figura 9). Muitos produtores notaram uma grande diferença em sua saúde por não fazerem mais o uso de agrotóxicos em suas plantações, alegando perceberem melhorias desde que pararam de manusear os produtos químicos. As melhorias na alimentação aparecem em segundo lugar, classificadas em 59% das entrevistas, como mudanças de alta relevância (Figura 10). Saber a procedência do alimento que está sendo consumido foi o principal motivo citado.



**Figura 9:** Grau de classificação de melhorias na saúde**Figura 10:** Grau de classificação de melhorias na alimentação

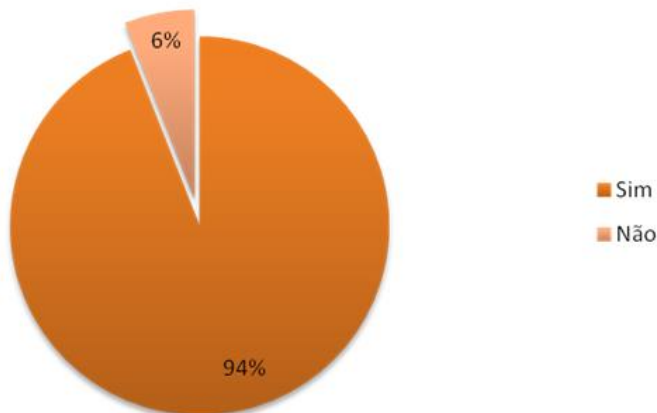
Em relação à produtividade, 65% dos entrevistados afirmou que a propriedade não apresentou aumento da produção, em alguns casos a produtividade diminuiu, devido à produção orgânica, que demanda mais tempo e recursos em comparação à produção convencional (Figura 11).

**Figura 11:** Grau de classificação de melhorias na produtividade da propriedade



Outra questão analisada foi se, de fato, os produtores perceberam também mudanças culturais, relacionadas às mudanças de hábitos, aprendizagem, novos tratos e espécies cultivadas. Nesse contexto, 94% dos entrevistados afirmaram que aproveitam as mudanças culturais e financeiras aprendidas com o Programa em suas propriedades, por exemplo, muitos investem mais em suas propriedades agora.

**Gráfico 2:** Aproveitamento das mudanças culturais



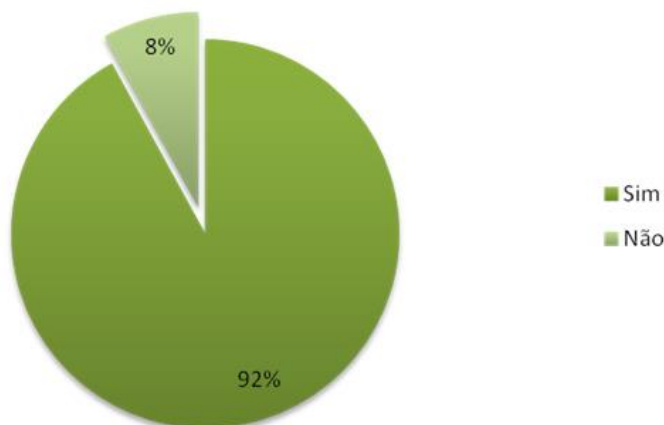
A parte final da pesquisa avalia a harmonia entre os objetivos do Programa com a percepção dos produtores. Foi constatado que 84%

dos entrevistados afirmam ter incorporado em seu cotidiano novas práticas de cultivo, entre elas, o uso moderado de trator nas plantações, trabalho manual e o uso de adubo orgânico, colaborando com a sustentabilidade da propriedade.

Entre os entrevistados, 73% dos produtores afirmaram terem diversificado a produção na propriedade. Assim, novos alimentos passaram a ser cultivados como beterraba, brócolis, jiló, espécies frutíferas, pimenta, pimentão e cheiro verde.

Por último, foi questionado aos produtores se eles estavam satisfeitos com o desenvolvimento do Programa em suas propriedades e, se sim o motivo. A pesquisa demonstrou que 92% dos entrevistados estão satisfeitos com os resultados da participação no Programa (Gráfico 14). Os principais motivos citados foram: i) a melhoria de renda; ii) qualidade de vida; iii) apoio técnico recebido; iv) lugar fixo para venda dos produtos e; v) alimentação saudável. Entre os produtores insatisfeitos com o programa, os principais motivos citados foram: i) os trâmites políticos do Programa, uma vez que o apoio aos produtores depende, em alto grau, de apoio político; ii) a demora na frequência da assistência técnica e do transporte e; iii) a inadequação do modelo para circular na realidade da propriedade.

**Gráfico 3 - Quantidade de produtores satisfeitos com o Programa PAIS**



## Conclusões

O Programa PAIS no município de Campo Grande tem relevância, sobretudo por ser uma iniciativa de coordenação de agricultores de baixa renda com foco na sustentabilidade. Sendo composto por agricultores familiares, a eficácia social assume

destaque, sendo que a maioria dos produtores está satisfeita, sobretudo em relação aos ganhos em saúde e garantia de venda da produção, o que garante uma receita mínima para o sustento das famílias.

O Sebrae/MS tem o papel fundamental de fomentar a utilização da tecnologia e prover treinamentos de ordem operacional e gerencial. Após a seleção dos produtores, realizada pela prefeitura, o Sebrae promove treinamentos e a entrega dos kits de materiais.

Um resultado que evidencia a dificuldade de alcance dos objetivos do Programa PAIS é a renda média dos produtores, caracterizada como de baixa renda. Esse é um fator preocupante, pois demonstra que ainda são necessárias medidas para que se obtenha a sustentabilidade almejada pelo Programa.

Embora a maioria dos respondentes indique estar satisfeita com os resultados, percebe-se que mesmo aqueles que tiveram melhoria na renda, esta melhoria não foi significativa. A satisfação quanto ao aspecto econômico pode ser mais relacionada à garantia de venda (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), do que aos ganhos, já que é melhor para o produtor ter para onde vender, do que ter de sair “de porta em porta”. Também, a melhoria quanto à saúde merece destaque, pois é evidente que há benefícios com a produção orgânica, se comparado com o modo convencional.

Como característica negativa, ressalta-se a grande dependência do Programa em relação aos programas governamentais quanto à comercialização da produção.

Também a distância entre as propriedades e os pontos de entrega da produção é um fator agravante para permanência dos produtores no Programa, já que muitos não contam com um meio de transporte próprio, causando dependência de terceiros e/ou aumentando os custos, por necessitarem contratarem fretes para entregar as mercadorias.

Mesmo em se tratando de um sistema que ainda apresenta fragilidades e pontos de melhoria, entende-se que o Programa é inovador, busca melhorar a qualidade de vida de agricultores familiares, aliando geração de renda com produção de alimentos saudáveis, o que é salutar e benéfico para toda a sociedade e está alinhado com a eficácia social esperada do Programa.

## Referências

BRASIL. Lei n. 6746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2013.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 23 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília-DF, de 24 jul. 2006.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. Sociologia, Porto Alegre, n. 10, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 mai. 2012.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos**. Brasília, 2007.

CARNEIRO, Margareth F. Santos. **Gestão Pública: O papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e Programas e dos escritórios de Programas na modernização da gestão pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

FERNANDES, C. M. **Avaliação do potencial de cooperação entre produtores do Programa de produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS, no Mato Grosso do Sul**. 2011. 77 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2011.

GUILHOTO, Joaquim J. M. *et al.* (Org.). **Agricultura Familiar na Economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

GUANZIROLI, Carlos E. *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

JANUZZI, Paulo de Martino. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: MEZZOMO KEINERT, Tânia Margarete; KARRUZ, Ana Paula (Org.). **Qualidade de Vida: Observatórios, Experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2002. p. 53-73.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: Foco na Decisão**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MARINHO, Alexandre e FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Texto para discussão n. 787. Brasília: IPEA, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira**. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2012.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Avaliação e monitoramento de Políticas e Programas sociais** - Revendo conceitos básicos. Florianópolis: UFSC, 2002.

PAIS. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. **Mais alimento, trabalho e renda no campo: Saiba como produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente**. 3.ed. Brasília: Sebrae, 2009.

SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de Agricultura Familiar: Uma revisão bibliográfica**. 2008. Disponível em: <[http://www.infobibos.com/Artigos/2008\\_4/AgricFamiliar/index.htm](http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm)>. Acesso em: 8 jun. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Programas e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. Governanças na Agricultura Familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo. In: VILPOUX, O. F. (Org.). **Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Curitiba: CRV, 2011.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2010.